



## DIÁLOGOS TEÓRICO-CRÍTICOS SOBRE A ADEÇÃO E A AVALIAÇÃO AUTORITÁRIAS NO PNAIC

## THEORETICAL-CRITICAL DIALOGUES ON AUTHORITARY MEMBERSHIP AND EVALUATION AT PNAIC

## DIÁLOGOS TEÓRICO-CRÍTICOS SOBRE ADHERENCIA Y EVALUACIÓN AUTORITARIA EN EL PNAIC

Crisley Monteiro Olarte<sup>1</sup>  
Isabella Fernanda Ferreira<sup>2</sup>

**Resumo:** O Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) tem como objetivo alfabetizar crianças até o terceiro ano do ensino fundamental. Subdivide-se em quatro eixos: Formação continuada, Materiais didáticos, Avaliação sistemática e Gestão, mobilização e controle social. Este texto concentra-se no eixo intitulado Gestão, mobilização e controle social. Pontua-se a maneira como os sujeitos são inseridos no programa, como são avaliados e como avaliam o PNAIC. Para analisar a concepção de adesão, são entrevistados quatro professores de uma escola de Ladário-MS, participantes do PNAIC. A metodologia adotada é o estudo de caso, com entrevista semiestruturada. Como referencial, usa-se a Teoria Crítica. O estudo conclui que os professores não podem avaliar o Programa de maneira negativa. O sistema de avaliação apresenta perguntas com respostas múltiplas, nenhuma das quais leva a opiniões negativas sobre o Programa. No que tange à adesão, os professores não têm autonomia para optar por aderir ou não ao Programa.

**Palavras-chave:** PNAIC. Adesão. Avaliação.

**Abstract:** The National Pact for Literacy at the Right Age (PNAIC) aims to alphabetize children until the third year of elementary school. It is subdivided into four axes: Continuing education, Teaching materials, Systematic evaluation, and Management, mobilization and social control. This paper focuses on the axis entitled Management, mobilization and social control, and aims to assess the way the subjects join the program, how they are evaluated, and how they evaluate the PNAIC. In order to analyze the teachers' adherence to the Program, four teachers from a school in Ladário-MS, participants of the PNAIC, are interviewed. The methodology adopted is the case study, with semi-structured interviews. Critical Theory is used as reference. The study concludes that teachers may not assess the Program in a negative way. The evaluation system includes questions with multiple answers, none of which leads to negative opinions about the Program. Regarding their participation, teachers do not have the autonomy to choose whether they want to join the Program or not.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil.



**Keywords:** PNAIC. Adhesion. Evaluation.

**Resumen:** El Programa Nacional de Alfabetización en la Edad Adecuada (PNAIC) tiene como objetivo alfabetizar a los niños hasta el tercer año de la escuela primaria. Se subdivide en cuatro ejes: Formación continua, Materiales didácticos, Evaluación y gestión sistemática, movilización y control social. Este texto se centra en el eje titulado Gestión, movilización y control social. Se puntúa la forma en que se insertan las asignaturas en el programa, cómo se evalúan y cómo evalúan el PNAIC. Para analizar el concepto de adherencia, se entrevista a cuatro profesores de una escuela de Ladário-MS, participantes del PNAIC. La metodología adoptada es el estudio de caso, con entrevista semiestructurada. Como referencia se utiliza la Teoría Crítica. El estudio concluye que los profesores no pueden evaluar el Programa de forma negativa. El sistema de evaluación presenta preguntas con múltiples respuestas, ninguna de las cuales genera opiniones negativas sobre el Programa. En cuanto a la adherencia, los docentes no tienen autonomía para elegir si se incorporan o no al Programa.

**Palabras clave:** PNAIC. Adhesión. Evaluación.

## INTRODUÇÃO

O texto resulta de uma pesquisa sobre o PNAIC que é um compromisso formal assumido pelos Governos Federais, Distrito Federal, estados e municípios, para assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. A partir disso este artigo buscou conhecer as concepções dos professores de uma escola de Ladário/MS sobre os mecanismos de autoritarismo na adesão e avaliação do programa.

Encontraremos na leitura do artigo que a Formação Continuada, no Brasil, toma um caminho muito mais voltado para a política de atendimento às exigências do sistema, do que às necessidades do professor e de seus alunos. Para que o professor se desenvolva, tenha desempenho em sala de aula e melhore a aprendizagem do educando, ele precisa colocar em primeiro lugar sua necessidade quanto professor de sala de aula, diante disso percebemos durante a construção deste artigo que o que realmente ocorre é que o professor se torna refém do programa e participam mesmo contra a sua própria vontade, como aponta Santos:

[...] é possível afirmar que, atualmente, a formação continuada de professores tem marcado o discurso e a agenda de políticas educativas no país, que a exemplo do PNAIC, tem elaborado propostas formativas, que por sua vez são adotadas pelos sistemas de ensino, sem que, no entanto, a marcação permeie a consideração dos sujeitos aos quais essas propostas se destinam (SANTOS, 2015, p. 83).

Há no decorrer das falas dos professores uma visão de que estão sendo monitorados para que nada saia de errado com o PNAIC, desde a adesão para que haja cem por cento de adesão dos professores, quanto à avaliação, para que todos pontuem positivamente o programa de maneira



que fique visto como um programa governamental exemplar. Diante disso o professor não consegue alcançar aquilo que deseja.

## 1 ADEÇÃO AUTORITÁRIA: O PNAIC E O CANTO DAS SEREIAS

Este artigo apresenta a concepção dos professores quanto ao processo de adesão ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), um compromisso firmado entre o Ministério da Educação, municípios, Secretarias Estaduais e Distritais, estabelecido para implementação do plano das metas de Todos pela Educação. Como os municípios aderiram ao PNAIC, os professores que atuavam do primeiro ao terceiro ano do Ensino Fundamental tiveram que ingressar no programa. No procedimento empírico da pesquisa, realizamos entrevistas com professores de 1ª, 2ª e 3ª séries de uma escola de Ladário MS, utilizando o gravador como instrumento de coleta. Aplicamos questionário semiestruturado individual, para conhecer as concepções dos professores no tocante ao PNAIC. Nossa análise refere-se às conversas gravadas com os professores e as suas respostas na entrevista semiestruturada. As perguntas de tal entrevista foram formuladas com base nos quatro eixos do PNAIC. Os perfis dos participantes foram adaptados como segue: Sujeitos<sup>3</sup> 1, 2, 3, 4. Vejamos como foi a adesão do Programa por parte dos professores:

Eu conheci o PNAIC em 2015, que eu fui... fui convocada para participar, né? Eu nunca tinha participado antes, foi o primeiro ano de formação, foi em 2015 na rede municipal em que estou atuando. A escola... ela chamou, né... por ser. Por eu ser professora dos ciclos... aí eu fui convocada para fazer. (Sujeito 1).

O sujeito explica que foi convocado a fazer o PNAIC pela escola. Há, por trás da palavra ‘convocada’, um sentido de obrigatoriedade da participação.

“[...] os professores passaram a ser alvo de um discurso político que advogava a necessidade de assumirem novas competências em virtude da complexificação da sociedade [...]”. Logo, a cada política educacional lançada pelo governo, o professor é responsável pela sua profissionalização e/ou formação continuada para alcançar os objetivos e metas dessas políticas (SHIROMA; EVANGELISTA, 2003 *apud* CASTILHO; BEZERRA, 2016, p. 196).

Adorno, em *Educação e Emancipação*, argumenta a respeito da contradição social que transforma o ser social em heterônomo, “isto é, nenhuma pessoa pode existir na sociedade atual realmente conforme suas próprias determinações [...]” (ADORNO, 1995, p. 180-181).

---

<sup>3</sup> Todos os sujeitos participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido autorizando a divulgação dos dados que deve respeitar a anonimato desses indivíduos.



Perante a necessidade do atendimento das metas do Plano de Educação para Todos, o professor aceita o que Adorno chama de ‘instância mediadora’. O sujeito deixa de existir para cumprir as determinações do PNAIC. Perde, diante dessas determinações, a sua autonomia como professor e assume um papel de inexistente para si, colocando-se à ‘disposição’ do PNAIC. Dessa maneira:

A implementação de políticas públicas e de inovações, que muitas vezes são objeto da formação continuada, exigem a construção de um arcabouço teórico, por parte dos professores, que amplie as possibilidades de reflexão sobre as inovações que se quer implementar. A falta de condições concretas para efetiva participação resulta numa resistência ou acomodação, descomprometendo os sujeitos da formação, com os resultados de tais inovações (GROSCH, 2018, p. 71).

Adorno acredita que há uma transformação social, na qual a Indústria Cultural troca o que seria cultura por mercadorias. Tudo se torna manipulável; transforma-se o sujeito em mercadoria, mais fácil de dominar. Isso se evidencia na fala do Sujeito 2:

É ... inicialmente, em 2015, eu assumi a turma do segundo ano, aí... o diretor e disse que eu, assumindo a turma, faria parte do PNAIC e se teria algum problema, que se caso houvesse algum problema aí... que eu avisasse para que eu pudesse estar pegando outra turma e estariam buscando outra professora... para que eu pudesse estar participando. Foi em 2015... e eu entrei inicialmente como ouvinte... ouvinte do programa. (Sujeito 2).

Vemos que se impõe ao sujeito uma escolha – ou aceita aderir ou troca-se o professor. Ou seja, para o sujeito, a adesão foi autoritária. Adorno assevera que há uma preocupação por parte dos sujeitos quanto a semiformação “[...]seja com conteúdos irracionais, seja com conteúdos conformistas. Em ambos os casos se mobilizam traços autoritários da personalidade[...]" (ADORNO, 1995, p. 21).

Os sujeitos detêm uma visão parecida respeito do PNAIC. Para eles, não houve uma introdução do que é, para que serve e nem que fim leva o PNAIC (exceto para o Sujeito 3, que conheceu através da mídia). Foi-lhes repassado somente o dever de fazer. Perguntamos, então, aos sujeitos, como se sentiam como professor e participante do PNAIC. Um deles informou: “É um espaço que a gente tem de conhecimento né... é ... da nossa turma... de como estar conduzindo o ensino do ciclo do primeiro ao terceiro ano... e ... são um espaço que a gente tem para tirar dúvidas e atualizar...” (Sujeito 1).



O que apreendemos é que esse sujeito vê o PNAIC como um caminho que deve seguir, deixando para trás todo o conhecimento formativo anteriormente adquirido. Pena, Toledo e Kramer acreditam que:

Em oposição a um percurso epistemológico tradicionalmente restrito a uma relação Eu-Isso (BUBER, 2003a), marcado pela transmissão de conteúdos episódica e pontual, em que a teoria está desvinculada da prática, e na qual os professores são apenas executores de propostas vindas da universidade ou das secretarias de educação, apostamos em uma formação como processo autoral de um sujeito que, ativamente, constrói sentidos sobre a sua prática, redimensionando-a a partir do diálogo, da experiência, da memória, da estética e da ética. (PENNA; TOLEDO; KRAMER, 2018, p. 2023).

Vemos então que é importante conhecer a opinião do professor, suas experiências e perceber de que maneira essa formação virá de encontro aos seus interesses.

Adorno e Horkheimer, em *Dialética do Esclarecimento*, lembram uma das narrativas de Homero em que, o herói se encontra com as Sereias e, por estar amarrado ao barco, não é seduzido por seus cantos o que o levaria a morte. Eles dizem que esse canto sedutor fez com que Ulisses ficasse preso nos sonhos das coisas que vivera, porém tudo parecia místico, principalmente seu passado.

Os autores conseguem fazer uma definição de que há um 'deixar de lado' das coisas passadas, como se tudo fosse apenas um sonho, e o que realmente importa é o que se está vivendo ou o que se viverá. Comparamos, então, o PNAIC ao canto da Sereia, pois há um deslumbramento, uma sedução por parte dos professores em achar que será a salvação dos seus problemas. Há um fascínio por parte do sujeito que se deixa levar pelas seduções do PNAIC, que lhe oferece o alcance de todas as metas que tem que atingir na educação, mesmo estando ciente de que, para alcançar as metas, sofrerá opressões. Comprovamos esse estado de espírito no depoimento do Sujeito 2: "Recebemos formação, sim, mas aí a cobrança é maior, tanto para nós como professoras, quanto para as pessoas que estão acompanhando, a coordenadora, no caso". (Sujeito 2).

Além de participar das atividades formativas do PNAIC, o sujeito é monitorado por seus superiores, que investigam se ele realmente aplica o que é exigido pelo programa. Vemos, também, o autoritarismo por parte dos seus superiores, mas o sujeito acredita que essa cobrança é uma forma de fazê-lo crescer. O sujeito fica tão seduzido que, mesmo percebendo que a teoria não se consolida com a prática, continua participando:

Olha, eu gosto de participar do PNAIC, apesar que ele tem as falhas dele e tudo... mas a questão de participar do PNAIC é: participar não significa interagir com o



PNAIC, porque eu creio que há uma distorção entre o que é ensinado lá e o que realmente nós podemos aplicar[...]. (Sujeito 3).

Mesmo verificando que não há uma junção entre a teoria e a prática, prefere participar, pois acredita que estará sendo visto e não fará parte dos que não se envolveram. Na verdade, porém, ele passa a ser mero expectador, e não interage com as atividades do PNAIC, pois não acredita que darão resultado. O Sujeito 4 também não vê a associação entre a teoria e a prática: [...] foi totalmente diferente, foi mais uma história que foi estudando lá... mais teoria, mesmo. Porque o que eu queria era prática, e não teve. (Sujeito 4). A constatação desse sujeito desvela uma frustração – não viu na formação aquilo que esperava.

Para sabermos a concepção do professor sobre a liberdade de escolher se deseja atuar nas primeiras séries do ensino fundamental, perguntamos aos sujeitos se o docente que não quer participar do PNAIC tem a garantia da liberdade de atuar nos três primeiros anos do ensino fundamental. Queríamos saber se, de alguma forma, o docente que não adere ao PNAIC é impedido de atuar nesses anos como professor. Assim se manifestou o Sujeito 1: “O que eu ouço lá no meu serviço é que, se você é professor do primeiro, segundo e terceiro anos, você tem que aderir ao PNAIC e se você não aderir ao Programa, você é tirado dessas salas”. (Sujeito 1).

O sujeito, aqui, se utiliza da explicação de outros para se colocar como neutro diante da resposta, o que mostra que ele está recuado para dizer o que realmente acontece em sua escola.

O sujeito não se sente à vontade para dizer o realmente pensa a respeito das participações impositivas do PNAIC. O que já não acontece com o Sujeito 2: “Isso é ruim, porque se você assumiu o primeiro, o segundo e o terceiro anos, você automaticamente é obrigada a fazer o PNAIC. Não tem escolha, você precisa fazer o PNAIC”. (Sujeito 2).

Esse sujeito manifesta uma revolta, ao ver que não tem opção de escolher se deseja ou não participar do PNAIC. Outro item que enfatiza é que não há respeito pela sua identidade como professor. A imposição do PNAIC, então, transforma o sujeito em objeto, determinando-lhe a aceitação das imposições sociais e culturais impostas. Dessa forma, o sujeito deixa de ser emancipado, para aceitar o que é tido como obrigatório. Vemos isso também na fala do Sujeito 3:

Os professores são intimados ah... se eles querem atuar no primeiro, segundo e terceiro anos, obrigatoriamente eles têm que fazer o PNAIC. Tanto é que, este ano, houve uma discussão. Eu falei que eu não faria e estava com o segundo ano e o diretor queria me trocar de sala de aula e eu falei que eu não iria trocar, eu não iria trocar. (Sujeito 3).



Adorno considera que, quando há quebra da obediência das imposições, daqueles que de alguma maneira querem exercer autoridade, o sujeito consegue se libertar das amarras estabelecidas pelos mecanismos de dominação. O Sujeito 3 rompe esta barreira de imposições e se vê livre para optar entre fazer ou não o PNAIC. Novamente está em pauta a questão da imposição, no Sujeito 4: “A orientação é bem clara no primeiro dia, que se você não adere ao PNAIC, que você fale, porque vai ser encaminhada outra professora”. (Sujeito 4).

Se o sujeito não pertence ao quadro efetivo da rede municipal, então, o ato bárbaro de “trocá-lo” aterroriza-o. A atitude autoritária por parte dos superiores faz com que o sujeito fique submisso às vontades dos responsáveis pela escola, que devem obrigar os professores a participarem, e pelos responsáveis pelo PNAIC, que devem, de qualquer maneira, responder positivamente ao Ministério da Educação.

### 1.1 AVALIAÇÃO AUTORITÁRIA E O CONTROLE COMO PROCESSO DE TUTELAÇÃO

Nos dias atuais, o sujeito perdeu a sua autonomia, como ser pensante e capaz de tomar as suas próprias decisões. Tornou-se um sujeito coisificado, produto dos bens culturais. Como tudo se transforma em mercadoria, o mercado está repleto de sujeitos que estão à disposição. Porém, há uma necessidade mercadológica de criar mecanismos de controle, direta ou indiretamente, pois sem eles o sujeito pode começar a agir segundo a sua própria consciência. Esse poder de controle é tão forte que o sujeito, mesmo sabendo que está sendo controlado, não consegue se libertar das amarras, por medo de não encontrar espaço no mercado de trabalho. Passa, então, a assumir um papel de coisa, um mero objeto nas mãos dos governantes. Sobre essa temática, encontramos na obra *Personalidade Autoritária*, de Adorno, a descrição do homem autoritário que surge, não das ideologias políticas e culturais, mas sim da impotência do indivíduo de ir contra elas. Esse sujeito compensa a sua debilidade identificando-se com seus opressores, pois acredita que somente através do poder conseguirá superar a sua ignorância. Adorno caracteriza esse sujeito: “Ele é ao mesmo tempo esclarecido e supersticioso, orgulhoso de ser um individualista e sempre temeroso de não ser igual aos outros, ciumento de sua independência e inclinado a se submeter cegamente ao poder e à autoridade” (ADORNO, 2006, p. 01).

Há, no PNAIC, um eixo, especificamente o eixo 4, sobre gestão, mobilização e controle social. No próprio objetivo do PNAIC, existe a designação de haver controle social, que somente é feito através de avaliações. Indagamos sobre as concepções dos professores frente a essas avaliações. Perguntamos se eles são avaliados pelo programa, e de que maneira.





Segundo um dos sujeitos: “Sim, acredito que pelas tarefas que eles disponibilizam para a gente fazer, pela pontualidade, pelo relatório que a gente tem que apresentar, eu acho que é uma forma de avaliação, e pela participação nos cursos que eu apresento... pela participação”. (Sujeito 1).

O sujeito é controlado de diversas maneiras, pela pontualidade, pelo relatório, pela participação, dentre outras formas de controle. O controle é efetuado como o de um funcionário de uma fábrica, que tem que registrar horários de entrada e de saída, registrar o que produziu. Para fugir desse controle, o sujeito deve ser esclarecido.

O que Adorno revela é que, diante de tantas pressões e controles produzidos pela indústria cultural, o sujeito não pode agir segundo as suas próprias vontades, por isso deixa de ser um sujeito esclarecido. O sujeito a todo momento, é controlado em sua prática. Dessa maneira Roveri pontua:

Diante disso, é necessário atentarmos para um campo de tensão em torno do currículo, da avaliação e a formação docente, fato este que não só traz o risco da homogeneização das práticas pedagógicas como também alimenta a culpabilização dos professores pelos resultados esperados de seus educandos, abalando a construção de relações estreitas entre as diferentes etapas da Educação Básica (ROVERI, 2019, p. 268).

Há um receio, na fala desse sujeito, que até mesmo em suas respostas quanto à aprendizagem dos alunos, esteja sendo monitorado. Fica amedrontado, pois sabe que também está sendo avaliado através das respostas. Dessa maneira o sujeito se culpa pelo resultado negativo alcançado pelo aluno.

Há uma falsa liberdade (oferecida pelos controladores) durante a produção do seu trabalho, mas, no final, o sujeito é avaliado se conseguiu alcançar os resultados daquilo que lhe foi exigido. “O aumento exponencial de dispositivos burocráticos no exercício da profissão não deve ser visto como uma mera questão técnica ou administrativa, mas antes como a emergência de novas formas de governo e de controle da profissão” (NÓVOA, 2009, *apud* RAIMUNDO; FAGUNDES, 2018, p. 1941).

É fundamental que o professor aprenda aquilo que será importante e crescente em sua formação para depois repassar o conhecimento aos seus alunos. Dessa maneira

A superficialidade encontrada na formação continuada é uma característica própria do capitalismo na sociedade atual brasileira, pois, ao fragilizar o conhecimento do professor nesses cursos, o Estado almeja práticas que estejam em consonância com a legitimação da ordem social estabelecida, considerada natural, inalterável (BARROS; VICENTINI, 2018, p. 1955).





Adorno postula: “A liberdade formal de cada um é garantida. Ninguém deve dar conta oficialmente do que pensa. Em troca, todos são encerrados, do começo ao fim, em um sistema de instituições e relações que formam um instrumento hipersensível de controle social” (ADORNO, 2002, p. 06).

Para o autor, a liberdade formal é posta para que o sujeito acredite que é livre para fazer o que deseja. Porém, no final, será avaliado pela ferramenta de controle social. O Sujeito 4 confirma o que disseram os demais: “Fui! Pela participação no curso e pelos trabalhos realizados na escola”. (Sujeito 4).

Sob esse controle, o sujeito fica inibido para desenvolver aquilo que ele acredita dar resultados. Passa a dar visibilidade àquilo que lhe foi repassado, para veicular a informação de que o PNAIC está tendo um retorno.

Perguntamos aos professores sobre o que pensam e como se sentem sobre as visitas técnicas dos orientadores de estudos e supervisores em sua sala de aula, ou seja, sobre o processo de monitoramento das suas atividades docentes:

[...]É, muitas vezes é uma forma só de cobrança, que você vê que algumas... não generalizando, mas algumas são mais para estar vendo se você está cumprindo, se você está fazendo, não com o cunho de... – Ah, eu estou aqui para te ajudar! (Sujeito 1).

Os professores veem essas visitas como um monitoramento, um jeito de saber se o professor está trabalhando conforme determina o PNAIC. Os professores entendem que até mesmo o que seria uma visita de orientação passa a ser uma maneira de monitorá-los. Mesmo quando não está na escola em seu período, é observado, como explicou o Sujeito 2: “Não houve estas visitas, este acompanhamento, não no meu período de aula, que a técnica, as coordenadoras, tiveram sim na escola, mas no período contrário, então eu não posso dizer... porque não recebi nenhuma visita este ano. (Sujeito 2).

Esse professor acredita que não foi monitorado devido ao fato de que os supervisores não o visitarem em seu período de aula. Essa fala leva a crer que o sujeito não entende o porquê de não ter sido vistoriado, ou seja, ocorre um questionamento quando o sujeito não é assistido, ou tutelado, pois sente a falta do controle. As pessoas sentem a necessidade de um aval para dizer se está certo ou errado, se está ou não procedendo como foi imposto. Percebemos isso na argumentação de Adorno, quanto à dependência da ciência: “As pessoas acreditam estar salvas



quando se orientam conforme regras científicas, obedecem a um ritual científico, se cercam de ciência” (ADORNO, 1995, p. 69).

Vemos, em Adorno, a explicação de que o sujeito fica tão submisso à ciência, que não consegue olhar o que é de fato, sem o aval da ciência. Isso ocorre também com os sujeitos que não conseguem avaliar o seu trabalho de docentes sem a avaliação do supervisor. Quando esse controle não ocorre, ficam aborrecidos. A falta de tutela e a fiscalização deixaram o Sujeito 3 indignado: “Eu não me incomodo com as visitas, só creio que assim... que poderia ser de outra forma, de uma forma mais colaborativa, e não só cobrando... certo, a situação é essa, a fiscalização[...]”. (Sujeito 3).

Há uma reclamação, por parte desse sujeito, quanto à falta de colaboração de seus supervisores. Ele não quer ser cobrado, quer somente a tutela. O sujeito fica tão refém dessa tutela que, quando é monitorado, invade nele um sentimento de revolta, de não compreensão.

Os sujeitos questionam as visitas técnicas, pois tinham a finalidade somente de observar o trabalho do professor, que se sentia oprimido pelas cobranças. Vemos, que a falta de tutela faz com que o sujeito reclame, pois está sendo cobrado, e não vê o auxílio por parte dos tutores do PNAIC. O professor vê que o controle é uma forma de cumprir todas as atividades propostas, assim como a organização da sua sala e do ambiente escolar em geral. Podemos perceber essa situação mais nitidamente quando pedimos aos professores que nos contassem sobre o que pensavam e sobre como se sentiam com relação ao processo de controle da sua participação: “Eu sou contratada, então eu preciso participar do que é colocado, e eu tento resolver da melhor forma possível [...]”. (Sujeito 1).

Esse sujeito, nitidamente, receia perder o seu emprego, por essa razão faz tudo o que lhe é imposto. O sujeito deixa de existir, para cumprir aquilo que lhe foi exigido, perdendo toda a sua autonomia.

As pessoas passam por tantas pressões ultimamente, que as suas emancipações deixam de ser legitimadas. Esse controle deixa o sujeito sem opções de escolha. Impõe-se a ele a obrigação de estar presente nas formações e fazer as atividades exigidas pelo PNAIC, como confirmamos com o Sujeito 3:

Esse controle... esse ano foi um pouquinho mais complicado. Eles ficaram cobrando as nossas atividades, porque eles têm... agora os coordenadores têm acesso... eles ficam cobrando, cobrando, mas nunca dão um suporte melhor... não falam para quê? Não explicam por quê? Do quê? Por que que a gente está fazendo isso? Para mim, isso que eles fazem é só o burocrático, mesmo. (Sujeito 3).

Para esse sujeito, não foram divulgados os objetivos das atividades propostas pelo PNAIC. Logo, a sua participação nas formações passa a ser involuntária e opressiva. A partir do momento



em que o sujeito é obrigado a participar das atividades e é cobrado constantemente, participa das formações involuntariamente, que se torna uma opressão e legitima a barbárie. O sujeito conclui que essas atividades e a sua participação não passam de algo burocrático, em qual deve mostrar resultados: “Era por chamada. Era meio pressionado, não era total de livre arbítrio”. (Sujeito 4).

O sujeito se sentia pressionado. Expõe claramente que participava, mais por obrigação do que por livre e espontânea vontade. Os sujeitos aparentam estar participando movidos por seus próprios interesses, porém, a participação involuntária. Adorno pondera: “A cultura sempre contribuiu para domar os instintos revolucionários bem como os costumes bárbaros” (ADORNO, 2002, p. 31-32).

O comportamento de aceitação é uma atitude automática. No âmago do sujeito, há uma revolta contida pelos métodos de opressão, métodos usados para disciplinar e fazer vítimas exemplares. A cultura tem esse papel de controlar os revoltados. Diante desse controle/ domínio, pedimos aos professores para contarem o que pensam e sobre como se sentem com relação ao processo de controle das suas atividades realizadas, ao que responderam: “Muitas vezes você não tem a sua própria autonomia em sala, mas... não temos autonomia”. (Sujeito 1). O sujeito responde, inicialmente, depois pensa melhor e conclui que não tem autonomia. Somente quando é questionado, desperta e percebe que não tem autonomia sobre as suas atividades em sala de aula.

O sujeito se incomodava com as visitas dos supervisores, que só observavam o aspecto físico da sua sala, a organização do ambiente e não o que os alunos haviam desenvolvido e aprendido nesse ambiente alfabetizador:

Esse ano nós não tivemos controle das atividades realizadas, mas nos anos anteriores, [...] eles vinham com um papel fiscalizador perguntar... se... eles praticamente olhavam a decoração da sala, se estava decorado, tudo bem. Mas não pediam atividades, provas ou pediam para ver caderno ou alguma coisa das crianças. (Sujeito 3).

Ou seja, aquilo que se vê vale muito mais do que aquilo que realmente é. Organizar os “cantinhos de aprendizagem” transforma-se em muito mais útil que os cadernos com as produções dos alunos. Adorno, em sua conversa a respeito dos bastidores da televisão, mostra que há uma preocupação, entre os professores, de mostrar que estão produzindo, que estão utilizando o material do PNAIC. O que seria para mostrar a realidade torna-se uma *merchandise* do produto. Os bastidores, aqueles que estão por trás de todo o espetáculo, não aparecem. O que se apresenta são atividades e salas perfeitas, como se não houvesse problemas e nem dificuldades, como se tudo o



que girasse em torno do PNAIC fosse perfeito. Os alunos e suas deficiências são escondidos nos bastidores, os professores e suas dificuldades também.

Dentre os sujeitos pesquisados, encontramos um que diz ter autonomia: “Eu tinha autonomia de fazer, não tinha assim uma supervisão, eu ficava livre para fazer, de acordo com a necessidade do aluno, em cima do material do PNAIC”. (Sujeito 4). O sujeito acredita ter autonomia, que trabalha com as necessidades dos alunos, mas está preso ao material do PNAIC. Temos, aí, uma pseudorrealidade, pois o sujeito acredita que tem autonomia em sua sala, mas é obrigado a usar e mostrar resultado no final.

Sabemos que esses professores eram constantemente avaliados por uma ferramenta de controle chamada SISPACTO, criada pelo PNAIC, através do INEP, que avalia coordenador, formador, supervisor, orientador e professor. Perguntamos aos professores se essa avaliação respeitava o seu anonimato. Um deles ressaltou: “Eu acredito que não! Porque cada um tem a sua página e a tutora abre a sua página com a sua senha e ela vê o que você põe lá... então...” (Sujeito 1).

O sujeito tem consciência de que não se mantém o seu anonimato. Pelo SISPACTO, seus supervisores têm acesso às suas respostas. Sendo assim, com o “*então...*” fica subentendido que há um controle por trás da ferramenta. O Sujeito 2 reagiu de forma semelhante: “Não!!! Porque, para você ter acesso, você precisa se identificar, você entra, você tem a sua senha... então... a partir do momento que você se identifica, você tem o nome, uma senha e um CPF, então não tem anonimato”. (Sujeito 2).

A partir do momento em que se usam os documentos pessoais para se registrar na “rede”, o sujeito perde, instantaneamente, o anonimato. O sujeito deixa de ser anônimo e passa a ser visível aos supervisores, o que causa certo temor aos sujeitos: “Não! Porque... assim... todos eles acessam o SISPACTO, acessam nosso nome, então... todo mundo sabe quem orientou quem e quem deu a nota para quem. Certo!” (Sujeito 3).

Os formadores e seus supervisores têm acesso às respostas dos professores e sabem quem desenvolveu bem o PNAIC e quem não, devido às notas e conceitos vistos no SISPACTO.

A maioria dos professores crê que, como podem acessar o nome, a documentação e senha, não há um anonimato: o outro tem acesso aos seus dados e toma conhecimento das suas pontuações, sejam notas ou a respeito das suas opiniões. Devido o rompimento do anonimato, perguntamos se o professor se sentia livre para expressar a sua opinião no SISPACTO: “Muitas das vezes não, porque já tem uma linha de pensamento formada, determinada e que você tem que se adequar”. (Sujeito 1).



O professor encontra, no SISPACTO, perguntas objetivas e diretas, levando em consideração que as respostas sempre sejam positivas, ou seja, há uma predeterminação para as possíveis respostas. O sujeito não insere respostas negativas, pois sabe que serão visualizadas pelos formadores do PNAIC: “tem que responder, mesmo sem concordar”. (Sujeito 2).

As perguntas são indutivas positivamente, para que o sujeito responda, mesmo sem concordar. Percebemos que, no próprio sistema de avaliação, há uma indução coercitiva, para que o sujeito pontue somente o que lhe é imposto.

Quando há uma manipulação diante dos dados e não há uma racionalização do sujeito quanto aos resultados, este sujeito se mantém irracional. Pelas respostas dos professores, já que está posto visivelmente o que é para se classificar no SISPACTO, só resta classificar e enviar. Para o Sujeito 3: “Bom, eu me sinto à vontade... porque eu sou uma pessoa sincera, o que tem que falar eu falo... eu me sinto à vontade para avaliar o SISPACTO”. (Sujeito 3).

O sujeito tem a convicção de que são capazes de transpor a política de avaliação do PNAIC e avaliar normalmente, sem a imposição do sistema e de seus tutores. Cremos que esse pensamento reflete muito da personalidade da pessoa, da sua disposição e da força que domina essa personalidade que enfrenta a política regente. Adorno, em *Personalidade Autoritária*, relata: “As forças da personalidade são antes de mais nada necessidades (instintos, desejos, impulsos emocionais) que variam de um indivíduo para outro em quantidade, intensidade, modo de gratificação e objetos de fixação (ADORNO, 2006, p. 05).

As “forças da personalidade” sofrem alterações conforme a necessidade do sujeito. Ele pode, de alguma maneira, achar normal essa avaliação, pois se sente confortável, ou para não ir contra o que imposto e sofrer retaliações.

Perguntamos, então, aos sujeitos, se eles sabem o que acontece se avaliam bem o PNAIC, observemos as respostas: “Bom... você tira nota boa...” (Sujeito 1). Ele confia que, se avaliar positivamente, receberá a compensação através de uma boa pontuação no SISPACTO. Essa compensação também é vista na fala do Sujeito 2: “Bom, se você avalia bem, eu creio que assim como se você ganhasse pontos ou tivesse assim apta ao programa, como se fosse assim... agradando a um sistema a um gerenciador.” (Sujeito 2).

Avalia-se bem o PNAIC, o sujeito sente-se como se tivesse sido recompensado, apto para o trabalho. Ele se sente bem por agradar a um sistema, algo que o gerencie, como se o oprimido sentisse satisfação em agradar o opressor. Há por trás dessa submissão ao sistema, uma atitude sadomasoquista – o sujeito sente prazer em ser torturado.



Percebemos, no depoimento do Sujeito 3, a questão da bonificação financeira: “No caso, se eu avalio bem, todos recebem a bolsa, esse é o ... a avaliação boa todos recebem, avaliando mal, eu não sei te falar o que que acontece”. (Sujeito 3). Ele acredita que, se avaliarem positivamente o PNAIC, a sua compensação será através do recebimento da bolsa no valor de R\$200 reais, disponibilizada pelo MEC para os cursistas.

A bolsa disponibilizada pelo PNAIC torna-se um dos motivos da avaliação positiva: o sujeito imagina que, se não avaliar positivamente o PNAIC, ela será cancelada. Ao que tudo indica, parte desses professores participa e avalia positivamente a fim de receber o recurso financeiro.

Perguntamos aos sujeitos, o que aconteceria se avaliassem mal o programa no SISPACTO. Assim opinou um sujeito: “As suas notas caem e eu acho que... não sei, eu sempre coloco que está bem lá.” (Sujeito 1). O sujeito não tem certeza se as notas diminuem, pois sempre avaliou o PNAIC positivamente. Isto é notado na fala de todos os sujeitos: “Não sei... algumas foram bem poucas. Às vezes as respostas são sim, não e às vezes, [referindo-se às respostas prontas que o programa oferece para as avaliações], então não aparece assim... – ou você fez tal coisa ou não!!!” (Sujeito 2).

Como observamos, essas respostas vêm formuladas para receberem uma resposta positiva. Não há um espaço, dentro do SISPACTO, para o sujeito colocar a sua opinião a respeito do PNAIC. Disse o Sujeito 3: “Não sei... nunca eu avaliei assim, eu sempre coloquei a verdade assim, que está de acordo com a realidade, mas eu nunca soube de nenhuma penalidade, que sofreram ou que aconteceu alguma coisa”. (Sujeito 3). Esse sujeito, que assume responder da maneira como percebe a realidade, não avaliou negativamente o PNAIC. Por isso, cria uma incerteza, de que ele nem mesmo sabe qual será o resultado da avaliação negativa. E a resposta segue com o Sujeito 4: “Não, até então eu nunca avaliei mal, sempre estava na média”. (Sujeito 4).

Adorno apresenta a ideia de que o sistema segue um ciclo viciante de reprodução. Pelas respostas às questões, vimos que os professores não avaliam como gostariam, mesmo dizendo que o programa não atende à realidade da sua sala de aula. Ao invés disso, avaliam bem o PNAIC, que continua reproduzindo as suas “fórmulas de alfabetizar”. Todo esse processo fica maquiado por parte dos professores, que deixam de avaliar, porque o PNAIC não oferece, no sistema de avaliação, um campo para ouvir a opinião dos professores, e até mesmo porque esses professores, por medo de retaliações, deixam de reclamar aos seus tutores. Dessa maneira, tudo aparenta estar correndo bem.

No que se refere à avaliação sistemática, o professor acredita que há uma falha, pois não podem posicionar negativamente ao PNAIC, mesmo porque este sistema não oferece esta opção,



portanto o professor fica à mercê das respostas contidas no sistema, estas são sempre de características positivas para demonstrar que está tudo ocorrendo bem e que há aceitação em massa dos professores para com o PNAIC. Quanto à gestão, mobilização e controle social o professor se vê controlado, obrigado a participar e reproduzir as atividades requeridas pelo PNAIC, assim este perde a autonomia e fica preso às imposições do PNAIC. Em suma, consideramos que os professores necessitam romper com a barreira da imposição. Precisam ser autônomos o suficiente para decidir que direção querem tomar para construir a sua formação intelectual. A barbárie, imposta aos professores todos os dias, gera pessoas alienadas e distantes da emancipação.

## 2 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção deste artigo, buscamos investigar, através de análise, a concepção dos professores sobre os mecanismos de autoritarismo na implantação do PNAIC na organização trabalho docente, em relação à adesão e a Gestão, mobilização e controle social.

Na Teoria Crítica de Adorno, há aprofundamentos no que se refere à educação contra a barbárie. O autor defende que, somente através da educação, o sujeito deixará de ser tutelado para se tornar um sujeito esclarecido, capaz de conduzir-se pelas suas próprias construções de pensamentos, sem se deixar levar pelas ideias impostas ou pelos ideais pré-estabelecidos. Adorno desperta-nos para a conscientização de que Educação, Formação e Emancipação estão inteiramente ligados e de que é através desses três elementos que o sujeito se torna esclarecido. Porém, mais especificamente quando escreve sobre como elaborar o passado, Adorno declara a ideia de que não há como vivenciar o presente sem rever o passado. O autor alerta para os ideais burgueses que fazem com que a sociedade se esqueça do passado, não por causa dos muitos estímulos existentes na atualidade, mas pelo sistema, que é calculado para não deixar restos.

Diante do que vimos na fala dos professores percebemos claramente que os mesmos deixam de lado o que haviam aprendido para receber o 'novo' sem questionar se era realmente isso que estavam precisando em sua formação. Percebemos também que aderem ao programa de maneira coagida, pois é posto a eles que devem participar do programa ou serão excluídos das séries que fazem parte do PNAIC.

Sobre os temas avaliação, gestão, mobilidade e controle social, os professores sabem que são controlados e avaliados dentro de um sistema que contém perguntas direcionadas a uma única resposta: que o PNAIC funciona e que os seus objetivos estão sendo concretizados. O professor





sente-se alvo de tantas cobranças e avaliações do seu fazer pedagógico que acaba frustrando por não conseguir alcançar as ações que lhe foram impostas.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ADORNO, T. W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ADORNO, T. W.; BRUNSWIK, E. F.; LEVINSON, D. J. Y R.; SANFORD, N. La personalidad autoritaria. **Empiria Revista de Metodología de Ciencias Sociales**, n. 12, p. 155-200, jul./dez. 2006.

BARROS, M. S. F.; VICENTINI, D. A Epistemologia Dialética na Atividade Pedagógica: Realidade e Possibilidade na Formação do Professor Da Infância. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. esp., n. 3, p. 1952-1963, dez. 2018.

CASTILHO, T. B.; BEZERRA, G.F. Educação Especial e Inclusão Escolar Nos Cadernos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 9, n. 19, p. 193-208, maio/ago. 2016.

GROSCH, Maria Selma. Ação Humana, Atividade Docente e Formação Continuada de Professores: Perspectivas a Partir do Pensamento de Hannah Arendt. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 11, n. 25, p. 71-82, abr./jun. 2018.

KOVACS, Helena; TINOCA, Luís. Unfreeze the pedagogies: introduction of a new innovative measure in Portugal. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão - SE, v. 10, n. 23, p. 73-86, 2017.

PENA, A.; TOLEDO, L.; SONIA, K. Eu Fiz um Esquecimento do meu Passado de Professora: Memória, Narrativa e Experiência Como Caminho Epistemológico na Formação de Professores. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. esp., n. 3, p. 2008-2025, dez. 2018.

RAIMUNDO, J. A.; FAGUNDES, M. A Epistemologia da Práxis como Fenômeno Formador do/a Docente: Um Caminho Possível? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. esp., n. 3, p. 1935-1951, dez. 2018.

ROVERI, F. T. Ensino Fundamental de nove anos: rupturas com a Educação Infantil ou acolhimento das infâncias? **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 12, n. 28, p. 263-278, jan./mar. 2019.

SOUSA, Jesus Maria. Repensar o currículo como emancipador. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão - SE, v. 9, n. 18, p. 111-120, 2016.



SOBRE AS AUTORAS:

**Crisley Monteiro Olarte**

Mestre em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Brasil.

E-mail: [crisleymolarte@gmail.com](mailto:crisleymolarte@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6600-2207>

**Isabella Fernanda Ferreira**

Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Brasil. Doutorado em Educação (UNESP/FCLAr).

E-mail: [bella.fernandaferreira@gmail.com](mailto:bella.fernandaferreira@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5356-5767>

Recebido em: 20-09-2020.

Aprovado em: 26-10-2020.

Publicado em: 04-11-2020.

